

Pelo Socialismo

Questões político-ideológicas com atualidade

<http://www.pelosocialismo.net>

*Retirado das Obras Escolhidas de Álvaro Cunhal, "Edições Avante!", outubro de 2008, tomo II, 1947-1964
Colocado em linha em: 2012/06/10*

O desvio de direita nos anos 1956-1959 (Elementos de estudo)

Álvaro Cunhal

*[Este trabalho publica-se por partes, semanalmente. As notas constam da edição supra
(mantemos a sua numeração) e são de Francisco Melo. Infra: 3 e 4]*

[...]

3. Ilusões legalistas e constitucionais

A ideia da solução pacífica por desagregação «contínua» ou «irreversível» do regime conduziu a ilusões legalistas e constitucionais. Na orientação política e na propaganda do Partido infiltrou-se a *ideia de que a solução pacífica poderia ter lugar através dum triunfo «eleitoral» numas «eleições» salazaristas.*

Não está descartada a possibilidade de, no decurso duma campanha «eleitoral» em «eleições» realizadas pelo governo de Salazar, o poder do movimento popular obrigar o governo a fazer importantes concessões. Toda a experiência de luta no terreno «eleitoral» bem o demonstra.

Mas acreditar que o governo fascista, mesmo no caso de se ver forçado a fazer concessões, não empregaria as suas forças armadas e repressivas se as ilegalidades e arbítrios lhe não chegassem, é desconhecer a natureza do Estado fascista, é passar uma esponja por cima de toda a experiência de 35 anos de governação fascista.

Um «eleições» fascistas podem ser aproveitadas largamente para uma ampla movimentação popular e essa movimentação pode conduzir a importantes vitórias. Mas acreditar que a queda do fascismo pode ter lugar através duma simples vitória «eleitoral» em «eleições» realizadas pelo governo de Salazar é pura ilusão. Mais: Pensar que uma tal vitória «eleitoral» pode ter lugar sem que anteriormente o movimento popular tenha imposto modificações radicais no processo «eleitoral» é outra ilusão.

Entretanto, por formas diversas, essa crença apareceu na orientação e actividade do Partido.

Partindo das alterações da correlação de forças favoráveis às forças democráticas, do enfraquecimento das bases de apoio do salazarismo e o alargamento das bases dos que se lhe opõem, o CC, em Maio de 1956, pronunciou-se pela participação nos próximos actos eleitorais, acreditando que

«Na base da mais ampla unidade, as próximas eleições permitirão a condução de uma campanha suficientemente poderosa para arrancar ao regime as liberdades fundamentais para que o nosso povo possa exprimir a sua vontade.»

A solução pacífica possibilitada pela desagregação do regime era aqui identificada com um triunfo «eleitoral» da Oposição.

Não admira que assim fosse. A adopção da solução pacífica como via para o derrubamento da ditadura foi largamente influenciada pelas teses do XX Congresso do PCUS acerca da passagem pacífica do capitalismo para o socialismo e esta última era e é justamente encarada como possível através da conquista da maioria parlamentar em países de democracia burguesa. Não só se adoptou mecanicamente para a conquista da democracia num país de ditadura fascista uma via apresentada para a passagem ao socialismo num país de democracia burguesa, como *de certa forma se acreditou que a conquista da liberdade política num país de ditadura fascista poderia ter lugar através dum triunfo numas pseudo-eleições realizadas e controladas pelo governo fascista.*

O já citado «folheto de Outubro», ao declarar o abandono do caminho do levantamento nacional contra a ditadura fascista e ao apresentar o caminho da solução pacífica, diz ser *«possível alcançarmos sucessos muito importantes nas próximas eleições para deputados e levar à Assembleia Nacional uma oposição mais ou menos numerosa representativa dos variados sectores anti-salazaristas».*

«Que isto é possível, mesmo dentro de um regime ditatorial e fascista — diz o folheto identificando indevidamente o regime reaccionário grego com a ditadura fascista de Salazar — prova-o a vitória das forças da oposição na Grécia, em Fevereiro deste ano, onde estas conquistaram 135 lugares dos 300 de que é formada a Câmara dos Deputados.»

O V Congresso, ao colocar a necessidade para a Oposição de *«concorrer até à boca das urnas [...] sem condicionalismos prévios»* (Informe político) fez novo recuo na consideração da natureza do Estado fascista. Nesta posição havia aliás uma visível contradição. Por um lado, dizia-se que, em virtude da alteração na correlação de forças, o salazarismo estava enfraquecido de tal forma que um potente movimento de unidade poderia obrigá-lo a conceder as liberdades fundamentais; por outro lado, em vez da anterior exigência de condições mínimas de seriedade, colocava-se com larga antecedência como orientação ir até à boca das urnas mesmo sem quaisquer condições de seriedade, o que era desde logo enfraquecer a exigência e a luta por essas condições.

Alguns camaradas negam que tenha havido quaisquer ilusões legalistas e constitucionais na Direcção do Partido. Afirmam que, na Direcção do Partido, nunca se acreditou em qualquer possibilidade dum triunfo «eleitoral».

Há factos que mostram que assim não é.

Num artigo publicado na revista *Problemas da Paz e do Socialismo*, no número de Novembro de 1958, o camarada Aleiso, do CC do nosso Partido, fazendo um balanço das «eleições» presidenciais do mesmo ano, afirma que, dada a nova correlação de forças, com as «divergências existentes da própria camarilha salazarista», «a oposição podia contar com o êxito».

Mais elucidativa ainda do que este artigo é a justificação dada pelo CC ao facto de não ter antes do dia 8 (dia das «eleições») preparado a acção para além desse dia.

Na reunião do CC de Agosto de 1958, o CC refutou a opinião de alguns camaradas segundo os quais «o Partido devia ter estudado, antes do acto eleitoral de 8 de Junho, a possibilidade de aconselhar as massas a ir para a greve logo após o 8 de Junho, na hipótese previsível duma burla eleitoral».

Eis como o camarada Freitas, em nome da Comissão Política, refutou essa opinião:

«fazer o que tais camaradas preconizavam, isto é, falar ao Partido e às massas na necessidade da preparação de greves, para depois do acto eleitoral, *seria admitir com antecedência a ideia duma derrota*, desviando energias da luta então travada para arrancar ao salazarismo uma vitória. Isto equivalia a empurrar as massas para a frente com uma mão e puxá-las para trás com outra» (p. 14).

Quem tinha afinal razão? Tem de reconhecer-se que a tinham os primeiros camaradas e não o camarada Freitas e a Comissão Política ao aprovar o seu relatório (camaradas que assistiram à reunião do CC de Agosto de 1958 afirmam que no CC se manifestaram fortes reservas a esta parte do relatório).

A posição do Partido, tal como a apresentou o camarada Freitas, não pode ser considerada correcta, seja qual for o ângulo pelo qual a encaremos. Das duas uma: Ou a Direcção do Partido, antes do «acto eleitoral», acreditava que este se realizaria com um mínimo de seriedade, ou estava já convencida de que teria lugar mais uma burla «eleitoral». *Se acreditava nas «eleições» com um mínimo de seriedade e na possibilidade duma vitória eleitoral*, mostrava estar profundamente enganada e iludida, mostrava não ter acompanhado toda a evolução da situação durante o período «eleitoral» e estar de olhos fechados para a repressão fascista, mostrava navegar em *graves ilusões legalistas e constitucionais*. *Se não acreditava, se sabia antecipadamente que as «eleições» iam ser uma burla, não prevenir desse perigo, escondê-lo para animar as massas a ir votar, para «não admitir com antecedência a ideia duma derrota» foi iludir o povo, foi fazer demagogia*, além de prejudicar gravemente a prossecução da luta para além do acto eleitoral.

Pelas informações disponíveis, mostra-se que: a) nas vésperas das «eleições» já as massas, contra o que lhes dizia a Direcção do Partido, não acreditavam na possibilidade duma vitória eleitoral; b) já antes das «eleições» os trabalhadores, contra a orientação da Direcção do Partido, falavam abertamente em greve de protesto a partir do dia 9 e em algumas terras apareceu essa palavra escrita nas paredes. Como testemunha, entre outros, o camarada Lira,

«a mais duma semana das eleições, as massas falavam amplamente e abraçavam a ideia de se lançarem numa greve, caso as eleições não decorressem com o mínimo de seriedade que permitisse votar livremente e ganhar as eleições».

A classe operária e as massas populares não acreditavam muito justamente na possibilidade da vitória eleitoral e manifestavam-se, antes do dia 8, a favor duma greve de protesto para o dia 9. Mas a Direcção do Partido insistia em que tal vitória era possível e nada previu, nada alertou, nada preparou, para depois do acto eleitoral, para «não admitir com antecedência a ideia duma derrota». Que era isto senão semear ilusões legalistas e constitucionais, cortar em vez de canalizar a vontade combativa do povo, não preparar as massas e o próprio Partido para as novas formas de luta que a previsível burla de dia 8 iria impor?

As concepções da solução pacífica possibilitada pela «desagregação irreversível» do regime tiveram *consequências altamente prejudiciais* para a condução do movimento popular. Se não fossem essas concepções (com o seu cortejo de ilusões legalistas, como se acaba de mostrar, e de ilusões golpistas, como adiante se mostrará), se o Partido tivesse radicado em todos os seus militantes, nas forças democráticas, na classe operária e nas massas a ideia de que a tarefa fundamental que se lhes colocava não era a de «provocar a desagregação do regime», não era a de alcançar apenas uma vitória numas pseudo-eleições realizadas, controladas e fabricadas por um governo terrorista sem escrúpulos, mas conquistar o poder, colocar no poder um Governo Provisório democrático; se tivesse radicado a ideia de que, para mudar o regime fascista, não se tratava apenas de pressionar o governo, ou propiciar com acções de massas um golpe militar, mas de derrubar o governo através do levantamento de toda a nação; se estas ideias e não as de solução pacífica pela desagregação do inimigo tivessem animado a acção do Partido nas «eleições» de 1958, *talvez que a crise de 1958 tivesse tido outro rumo e outro desfecho.*

Vivemos uma situação pré-insurreccional sem nos apercebermos disso. O Partido foi em larga medida ultrapassado pelas iniciativas, vontade combativa e abnegação das massas populares. Para o *momento crucial* (dia 9) — e momentos destes, em que a disposição de luta nas massas atinge o auge e atingem também o auge as dificuldades do inimigo, só muito raramente se verificam — nada foi previsto, nada foi preparado, nada foi organizado, nada foi feito.

O manifesto do Secretariado datado de 9 só acidentalmente põe a palavra «greve» como uma entre muitas outras formas de luta e o apelo que faz é para uma «grande jornada nacional de luta contra a acção terrorista do governo e pelas Liberdades Democráticas». O manifesto da Direcção da Organização Regional do Norte, com a mesma data, diz que «o salazarismo está a ruir», faz um «vibrante apelo às forças armadas», mas sobre greves não diz uma palavra.

As greves políticas, apesar da sua importância como protesto contra a burla eleitoral, apesar do heroísmo dos trabalhadores portugueses nelas revelado, apesar de constituírem uma magnífica jornada da luta da classe operária e do Partido, foram tardiamente encaradas e precipitadamente preparadas, declaradas e conduzidas. Também nas greves políticas o Partido foi, em larga medida, *na cauda do movimento espontâneo.* Os apelos à greve a partir do dia 16 de Junho (Direcção

Regional do Norte), dia 18 (Comissão Política) e dia 25 (Organização de Lisboa) são posteriores às primeiras greves, verificadas de 12 a 16, em várias fábricas e empresas de Almada, Cova da Piedade, Cacilhas, Alverca, etc. Foi preciso que numerosas greves eclodissem espontaneamente ou por iniciativa local de membros do Partido para que a Direcção do Partido tomasse tardiamente a iniciativa num plano nacional. As greves políticas de Junho foram sem dúvida um importante movimento de protesto contra o governo fascista e uma das mais significativas acções políticas da classe operária desde o advento do fascismo. Mas, sem organização nem preparação adequadas, assentes não numa vasta organização unitária como teria sido perfeitamente possível edificar, antes puxadas pela actividade de choque dos funcionários do Partido num trabalho de tipo individual (os manifestos saídos em nome do «Comité de Greve dos Trabalhadores do Barreiro», que nunca existiu, eram feitos por um funcionário do Partido) não corresponderam às condições objectivas existentes.

Isso resultou directamente das ilusões legalistas criadas pela concepção da solução pacífica assente na «desagregação irreversível» do regime e também, como a seguir veremos, pelas ilusões golpistas resultantes das mesmas concepções.

As ilusões legalistas resultantes da crença de que o regime se estava a desagregar rapidamente e a «meter água por todas as aduelas» não se manifestou apenas em relação às «eleições». Essas ilusões influenciaram múltiplos aspectos da actividade do Partido, designadamente no referente ao secretismo e cuidados conspirativos e a formas de actuação dos quadros. Camaradas responsáveis conhecidos e perseguidos pela polícia expunham-se em sítios concorridos e em pleno dia, justificando em mais de um caso esse relaxamento com uma pretensa fraqueza crescente do aparelho repressivo. Quadros clandestinos faziam amplas reuniões de trabalhadores, como se legais se encontrassem. Reuniões dos organismos superiores do Partido e encontros entre camaradas responsáveis faziam-se com uma frequência que mostrava ter-se esquecido o regime existente no país. Na orgânica partidária, combateu-se o centralismo e procurou-se ampliar, sob as condições de feroz repressão dum a ditadura fascista, os processos electivos e a forma de prestação de contas, que só num regime de liberdades democráticas não põem em perigo a segurança do trabalho partidário. O liberalismo, a falta de vigilância, a facilidade de promoções de quadros, instalaram-se na Direcção Central. Aspectos altamente conspirativos foram divulgados. Noticiaram-se viagens clandestinas ao estrangeiro. Enfraqueceram os cuidados de defesa dos combatentes de vanguarda, como no caso de *O Corticeiro*, publicando, em 1958, uma carta assinada por um dirigente dum Sindicato Nacional do Sul²³³. O relaxamento geral do trabalho conspirativo, o espírito de facilidade na vida das organizações, na realização de diversas tarefas, nas deslocações, encontros e vida corrente de camaradas responsáveis conhecidos e ferozmente perseguidos pela matilha policial encontram também a sua origem nas concepções da «desagregação irreversível» do regime conduzindo à ideia do seu inevitável colapso a curto prazo. Quanto à forma que esse colapso tomaria, a esperança mais insistente foi a esperança no golpe militar.

4. Ilusões golpistas

²³³ No n.º 12, de Setembro de 1958. – 550.

A concepção da «desagregação irreversível» do regime, ou seja, a colocação da desagregação do regime como objectivo fundamental do Partido e das forças democráticas, a afirmação de que tal desagregação se estava a processar de forma progressiva e sem retrocesso possível, a consequente crença em que o governo fascista poderia cair sem que o poder fosse conquistado pelo povo português e as forças democráticas, conduzia direito à aceitação, como forma do derrubamento do fascismo, da *viabilidade dum golpe militar resultante da desagregação do regime*.

Na verdade, se se acredita que um regime (que assenta fundamentalmente a sua sobrevivência nas forças armadas) se está a decompor irresistivelmente, acredita-se que a desagregação atinge as forças armadas. E, admitindo-se que abandonam o regime tantos oficiais que a existência do regime fica ameaçada, tem também de admitir-se que muitos desses oficiais encarem a possibilidade de pôr termo ao regime, ou seja, encarem a possibilidade de dar um golpe militar vitorioso.

Toda a concepção da «desagregação irreversível» do fascismo, pondo de parte a ideia de que cabe ao povo português derrubar a ditadura fascista e conquistar o poder através dum levantamento popular nacional, facilitou e estimulou as concepções e práticas golpistas.

A fácil previsão da burla «eleitoral» em 1958 colocava ante o Partido, como anteriormente se mostrou, o problema de saber que curso dar ao grandioso movimento de massas nas novas condições que o previsível resultado do dia 8 criaria. Como se viu, semeando-se ilusões legalistas, o Partido afirmou até ao acto eleitoral que se derrotaria o governo nas urnas, não admitindo com antecedência a ideia duma derrota. Por muitas ilusões legalistas que houvesse, a Direcção do Partido não podia ter deixado de se fazer uma pergunta: Mas se a Oposição não consegue triunfar nas «eleições»? Se as «eleições» são falsificadas? Que perspectiva se apresentava então ante o povo português?

Nessa situação, a ideia do golpe militar adquiriu particular importância e vulto. Grupos políticos e militares viram no golpe militar a resposta à resistência do governo fascista a aceitar a manifestação livre da vontade da nação. O governo impedia esta? Pois bem. Os militares obrigariam a respeitá-la. «Se não for no dia 8 (diziam) será no dia 9.»

Tanto na ideia de grupos de conspiradores como na esperança muito generalizada nas massas populares, o golpe militar era a alternativa que se oferecia para uma vitória eleitoral tornada impossível pela acção do governo. Em grau que é difícil determinar-se, houve militares que prepararam o golpe. Num elevado grau de credulidade, houve muitos democratas que acreditaram nele.

Qual foi nesse momento decisivo da luta do povo português a posição do Partido em relação ao golpe militar?

A Direcção do Partido não participou na preparação do golpe militar e não foi havida nem achada para a sua preparação (salvo uma consulta indirecta em 1959 acerca da posição que o Partido tomaria na eventualidade do golpe). Mas acreditou nesse golpe, *depositou nele as suas esperanças e deixou que essas esperanças influenciassem a sua orientação e a sua actividade. Tomou-se assim uma atitude nitidamente*

seguidista, colocou-se a acção do Partido a reboque dos conspiradores liberais e conservadores, cujo chefe conhecido era o general H. Delgado, e perdeu-se de vista o papel determinante que o Partido e a classe operária podem e devem desempenhar para o derrubamento da ditadura fascista.

Esta posição influenciou directamente a orientação e acção do Partido no momento crucial da crise de meados de 1958. Já atrás se puseram em relação a essa crise algumas questões. Tendo em conta que o momento culminante da crise foi nos dias 8-9 de Junho e tendo em conta a fácil previsão da burla «eleitoral», porque não foi definida anteriormente a orientação para além do dia 8? Porque não foi anteriormente considerado como canalizar a indignação e os protestos das massas populares, tanto mais vivos quanto mais o Partido havia afirmado a possibilidade duma vitória eleitoral? Porque não foram, antes do dia 8, definidas e preparadas as lutas de massas, cujas disposições estavam bem patentes nas grandiosas jornadas do período eleitoral? Porque se não procuraram a tempo as formas organizativas apropriadas? Porque sucedeu que, após a burla «eleitoral», dos manifestos do Partido a seguir publicados, o do Secretariado, datado do dia 9, só entre outras formas de protesto se refira acidentalmente à greve e o da Direcção da Organização Regional do Norte com a mesma data, não pondo sequer de passagem a palavra «greve», dirija entretanto um «vibrante apelo às forças armadas do Norte para que apoiem e participem na luta da Nação contra a camarilha salazarista»? Porque era tão grande a falta de perspectivas de actuação do Partido para além do dia 8 que camaradas dos mais responsáveis chegaram a admitir que, logo a seguir ao dia 8, funcionários do Partido dum sector, incluindo camaradas duma tipografia, poderiam «entrar em férias»?

Já atrás se mostrou que, em parte, esses factos resultaram de certas ilusões legalistas. Mas pode dizer-se das ilusões legalistas que elas foram mais semeadas que acreditadas. Mais que as ilusões legalistas, a razão desses factos foi que a Direcção do Partido se tinha deixado enredar pelas ilusões golpistas, porque a Direcção do Partido via no golpe militar a alternativa para a improvável vitória «eleitoral».

Em vez de confiar nas massas populares para a derrota do fascismo, em vez de alertar as massas para a facilmente previsível burla «eleitoral», em vez de as preparar para novas formas de luta para além do dia 8, em vez de criar a ideia de que as forças democráticas apoiadas nas massas populares e na parte honesta das forças armadas se deviam preparar para derrubar o governo e tomar conta do poder, a Direcção do Partido, nesse momento crucial, não tomou quaisquer decisões: não orientou as massas, não as preveniu, não tomou quaisquer medidas práticas de luta, e tudo isso fundamentalmente porque aguardava esperançadamente o golpe dos conspiradores militares.

É justo afirmar que, em meados de 1958, a ideia do golpe militar teve larga aceitação, tanto em militares como em civis. *Um golpe militar vitorioso não é um impossível em determinadas circunstâncias, como a história tem repetidas vezes demonstrado. Daí ser de aconselhar não pôr de lado tal eventualidade ou possibilidade, tomar contactos com os conspiradores e tomar para com eles uma atitude positiva com vistas a aferir da viabilidade do golpe: Uma tal posição não deve porém excluir, antes deve implicar o combate contra a mentalidade e as ilusões putschistas — contra a*

confiança infundamentada e inconsiderada na viabilidade do golpe, contra a fácil aceitação de simples boatos como factos políticos reais, contra a concentração das atenções e esperanças no golpe militar, contra a consequente subordinação directa ou indirecta a essas esperanças de aspectos fundamentais da actividade do Partido.

Qual a atitude que a Direcção do Partido tomou? Pode dizer-se claramente que a Direcção do Partido não se limitou a considerar a eventual viabilidade do golpe, mas deixou-se tomar pelas características ilusões golpistas. Praticamente, quase bastou que se dissesse e repetisse que os amigos do general H. Delgado fariam o golpe para que se acreditasse nele.

Para admitir a viabilidade dum golpe militar não basta a análise da conjuntura política; é também necessário o conhecimento directo das condições subjectivas (de organização e outras). Supor que, mesmo numa conjuntura favorável, bastará que um grupo de oficiais se resolva à revolta das forças armadas para que um golpe possa ser bem sucedido, é esquecer toda a importância das condições subjectivas, esquecer o papel decisivo que tem, num golpe militar, a organização, uma rede de ligações sólidas, fortes posições em pontos decisivos, o secretismo na actuação, um plano bem delineado. Dada a própria natureza das forças armadas e da sua disciplina, a espontaneidade de acções militares é extremamente mais rara do que a das acções populares e a experiência não indica que tal espontaneidade possa conduzir a um golpe militar vitorioso. Indica bem o contrário.

Entretanto, nas concepções políticas dominantes e na actuação prática do Partido não houve apenas a consideração da viabilidade dum golpe, mas a crença caracteristicamente golpista na realização vitoriosa dum golpe, sem se terem elementos seguros para ajuizar da sua organização, das suas forças, dos seus planos, e essa outra crença também caracteristicamente golpista de que basta para o alastramento vitorioso dum golpe militar que ele principie em algum lado.

Esta ideia aparece já com clareza no discutido «folheto de Outubro» de 1956, onde se diz que está a «levedar nas forças armadas portuguesas um ambiente de descontentamento surdo, que *uma pequena centelha* poderá fazer explodir em resistência e revolta contra os altos comandos e contra o governo». O folheto foi condenado, conforme já atrás se referiu, como traduzindo um desvio de direita (sem nunca aliás se ter feito publicamente a ele uma análise crítica), mas esta ideia, como todas as outras ideias fundamentais do folheto, persistiu ao longo dos anos. Quando em Agosto de 1958 se defendeu que «uma Mealhada» seria o bastante como ponto de partida para um golpe militar vitorioso, está-se a repetir com outras palavras a concepção da «pequena centelha» do folheto de Outubro. As ilusões putschistas dominaram uma e outra ideia.

Depois das «eleições» de 1958, o Partido insistiu numa possível queda da ditadura a curto prazo. Em que fundamentava a Direcção do Partido tal esperança quando o Partido tinha menos de um quarto dos efectivos máximos já alcançados na clandestinidade, quando a organização não estava estruturada, quando as tiragens da imprensa partidária eram reduzidas, quando a capacidade mobilizadora do Partido se revelava reduzida? Era no golpe militar, expressão mais viva da «teoria» da «desagregação irreversível», que a Direcção do Partido fundamentava tal esperança.

Quando muitos camaradas afirmavam que «a coisa estava por pouco»; quando se perdeu o interesse pela preparação duma luta difícil e eventualmente demorada; quando se não deu uma importância primordial à manutenção, para além do período eleitoral, dos organismos de unidade criados em volta das candidaturas — era a esperança no golpe militar que estava presente.

A ideia do golpe militar levou alguns camaradas a verem na luta de massas (e alguns o viram nas greves políticas) sobretudo um elemento favorável para a eclosão do golpe militar, levou a modificar o conceito de solução pacífica de forma a abranger o golpe militar, levou a considerar-se a organização militar de oficiais «mais importante que a de soldados», a afirmar-se que «um tenente vale uma companhia», repetindo-se o que se disse ser uma experiência dum Partido irmão, segundo a qual «o trabalho entre os soldados é ineficaz», «não vale a pena trabalhar entre eles» e que o trabalho do Partido deve desenvolver-se «principalmente entre oficiais», pois são estes que decidem do controlo das unidades militares.

Durante todo o ano de 1958 e primeiro semestre de 1959, vários núcleos de militares conservadores anti-salazaristas desenvolveram uma acção de certa forma apreciável, com publicação frequente de documentos políticos e de apelos às forças armadas. Durante todo esse tempo, houve oficiais que conspiraram com vistas ao derrubamento do governo. Faltou-lhes capacidade de organização e de secretismo, faltou-lhes influência e paciência. Mas conspiraram, arriscaram a liberdade e alguns acabaram por perdê-la ou por fugirem para o estrangeiro. Essa demorada conspiração que acabou por abortar foi o fulcro de toda a vaga de ilusões golpistas, que ganharam grande influência entre as forças democráticas e o próprio Partido.

Particularmente em todo o segundo semestre de 1958 e nos primeiros meses de 1959, a orientação política e a actividade do Partido foram dominadas largamente pelas esperanças na eclosão desse golpe militar.

O Informe da Comissão Política (feito por Gomes) na reunião do CC de Agosto de 1958 sobre as «Campanhas eleitorais», ao dar como exemplos de solução pacífica as revoluções da Venezuela e do Iraque e ao referir que, «se as forças patrióticas tiverem de recorrer a uma solução violenta (...) a conjugação da acção das massas e das forças armadas terá também um carácter decisivo», não é numa insurreição nacional que se têm os olhos postos, mas num golpe militar, a cuja preparação o Partido era estranho, mas em que concentrou as suas esperanças para a queda da ditadura fascista.

Na posterior acção do Partido, em toda a imprensa do Partido, aparece, duma forma mais ou menos velada, a esperança no golpe militar. Toda a linguagem optimista está ligada à esperança no golpe militar. Afirmando-se no *Avante!* da 1.^a quinzena de Fevereiro de 1959, que «Portugal chega ao termo dum longo ciclo da sua história nacional e se encontra no limiar de profundas transformações políticas» e que «é possível o afastamento de Salazar a curto prazo» e insistindo-se em que «um levantamento nacional (esta expressão reapareceu depois de longo ostracismo) de carácter pacífico não exclui, antes pressupõe a participação activa de civis e militares»; e afirmando-se no *Avante!* da 2.^a quinzena do mesmo mês que «as forças armadas devem pôr-se ao lado do povo para expulsar Salazar do poder» e que é necessária a «coordenação das lutas civis e militares» e que «a acção militar deve

integrar-se na movimentação geral da nação» — não se estava apenas a defender em abstracto certas ideias.

Por detrás delas estava a posição real do Partido para com os conspiradores militares, cujo golpe nessa altura estava em vésperas de ser tentado. Essas ideias eram directamente determinadas pelas ligações embora indirectas então estabelecidas com esses militares e por certos compromissos tomados para com eles.

Esse golpe estava sendo preparado pelo Movimento Militar Independente que se propunha efectuar um movimento militar revolucionário que:

- a) obrigaria o governo a abandonar o poder;
- b) entregaria a chefia do Estado e do governo a uma Junta Militar que escolheria o Governo Provisório;
- c) garantiria a entrada em vigor, «sem restrições nem sofismas» das liberdades consignadas no artigo 8.º da Constituição;
- d) extinguiria imediatamente a polícia política, a jurisdição de carácter político e as medidas de segurança;
- e) amnistiaria os presos políticos;
- f) instituiria, no prazo máximo de 18 meses, um regime constitucional;
- g) entregaria consequentemente o poder às autoridades legitimamente constituídas pela vontade nacional.

Que posição tomou o Partido em relação a este Movimento Militar?

Apesar de que as informações acerca dos seus chefes e das suas forças eram muito escassas, o Partido, por intermédio dum organismo unitário, tomou uma *posição de apoio* ao Movimento, *propondo* apenas algumas modificações ao seu Programa.

O Partido propôs, em primeiro lugar, que em vez do movimento militar, que o MMI se propunha levar a cabo, se estabelecesse no programa que se prepararia um movimento militar e popular. O Partido propôs, em segundo lugar, que ficasse estabelecido que a chefia do Estado e do governo não seria assumida apenas pela Junta Militar, mas por esta e pela Junta Nacional de Libertação, cabendo às duas a escolha do Governo Provisório. O Partido propôs, em terceiro lugar, que ficasse explícita a realização de eleições livres e que o prazo máximo de 18 meses fosse encurtado para um ano.

Quer dizer: demos os passos necessários para, independentemente duma ampla actuação de massas ou duma situação pré-insurreccional, *entrarmos em conluio e compromissos com um grupo de conspiradores militares para a realização dum «movimento militar e popular»*. Propondo que o movimento fosse «militar e popular» e não apenas militar, manifestamos claramente a intenção de assegurar, na parte que nos tocava, a participação popular no movimento. Tratava-se pois na vontade do Partido dum golpe militar com participação de grupos civis e de acções

civis, ou seja, um movimento com as características tradicionais dos movimentos revirahistas.

Deve ainda sublinhar-se que, embora manifestando-nos dispostos a apoiar tal movimento, não fizemos qualquer proposição no sentido duma participação nossa na direcção do movimento. Isto é: aceitando a ideia de tal movimento para derrubar o fascismo, concordámos em que toda a sua direcção revolucionária ficasse a cargo duma Junta Militar, de cuja composição e natureza nada mais conhecíamos além do documento tornado público e de informações veladas de democratas da Junta Nacional de Libertação. O facto de termos, nestas circunstâncias, feito as citadas propostas de emenda ao programa do MMI, mostra que *aceitámos logo, facilmente, de braços abertos, sem quaisquer informações sérias e sem quaisquer garantias, a ideia dum golpe militar, preparado por gente que completamente se desconhecia.*

Procurou justificar-se a *nova posição* em relação ao golpe militar com a afirmação de que se tratava duma situação nova, dum golpe militar «de novo tipo», com *três características consideradas «novas»*: por surgir em continuidade duma ampla acção de massas, pelo facto de os seus dirigentes aceitarem o contacto e mesmo a colaboração do Partido (o que não é de todo exacto) e pelo facto de tal golpe se propor satisfazer algumas das aspirações fundamentais do povo português e a realizar-se e a triunfar servir efectivamente os interesses do povo português. A verdade é que nenhum destes aspectos é novo na história dos golpes militares em Portugal. Eles constituem, ao contrário, a sua própria tradição, as características que (com pequenas diferenças de pormenor) o golpe militar, quando apresentando alguma viabilidade, tem tomado em Portugal. Assim foi em 1945, assim foi em 1947, assim foi em 1949. Entretanto, foi nessa afirmação de que se tratava de um golpe militar de «novo tipo» que se fundamentou a «nova posição» em relação ao golpe.

Até muito recentemente, a Direcção do Partido, embora afirmando que as concepções golpistas existiram largamente na classe operária e nas massas e mesmo em camaradas isolados, recusou-se a reconhecer que a própria Direcção se tivesse deixado influenciar fortemente pelas ilusões golpistas nos anos 1958-59. Mas o próprio facto de, por um lado, se reconhecer que tais ilusões predominaram largamente nas forças democráticas e nas massas populares e se espalharam no próprio Partido, e se ter, por outro lado, feito silêncio em relação às influências golpistas, ter-se afirmado e insistido que não havia tendências golpistas a combater, que a velha maneira de considerar os golpes militares tinha sido ultrapassada, mostra bem que a Direcção do Partido não se limitou a considerar, duma forma fria e realista, a viabilidade dum golpe militar, mas que ela própria foi influenciada pelas ilusões golpistas. *A defesa feita durante anos da abstenção da luta ideológica contra as concepções e ilusões golpistas e os seus efeitos prejudiciais são um claro produto da influência nociva das concepções golpistas no seio do Partido e da sua própria Direcção.*

Aquilo que fundamentalmente caracterizou a «forma nova» de encarar o golpe militar não foi a aceitação da sua possibilidade em condições determinadas (essa é a «velha forma» de o encarar), mas a justificação, com a afirmação de tal possibilidade, das ilusões golpistas e da subordinação da orientação e actividade do Partido a essas ilusões.

A fraqueza do Partido quanto ao golpe militar tem sido, ao longo da sua história, combater o golpe enquanto ele não aparece no choco e apoiá-lo directa ou indirectamente, quando ele aparece. Combate-se quando não constitui problema e aceita-se quando constitui.

Em princípios de 1958, não se sabendo de qualquer golpe em preparação, o Partido combatia o golpe na sua imprensa (*Avante!* de Janeiro de 1958). Depois a preparação dum golpe militar passou a ser um facto. O Partido deixou de combater o golpe militar e, pelo contrário, estimulou-o até ao fracasso do golpe em Março de 1959 e aos posteriores reveses dos conspiradores. Só quando o golpe militar deixou de novo de ter actualidade, só quando os núcleos de conspiradores militares foram desarticulados, o Partido retomou novamente os seus ataques contra as concepções golpistas.

Ao longo da história do Partido têm-se sucedido os casos em que o Partido procede em relação ao golpe militar como o vicioso que combate o tabagismo quando não tem tabaco e fuma desalmadamente quando o tem.

(continua)